

Presidente lutará por seus direitos

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney disse ontem ao Deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos líderes do Centrão, que irá às últimas consequências para defender suas prerrogativas e a dignidade de seu Governo. A atitude de Sarney decorre das críticas de que vem sendo alvo na Assembleia Nacional Constituinte.

— O Presidente se sente profundamente atingido pelos ataques e sua posição é de defesa — disse o parlamentar, após audiência com Sarney no Palácio do Planalto.

Na opinião de Cardoso Alves, quem vem se utilizando da tribuna da Constituinte para desferir ataques ao Governo são os líderes dos pequenos partidos. Ele acha que o Presidente deveria reagir, examinando todas as formas de defesa, dentro e fora do Parlamento, junto aos demais Poderes e à opinião pública.

O pedido de certidão do termo de posse feito pelo Palácio do

Planalto à Mesa do Congresso não foi tema da conversa entre José Sarney e Cardoso Alves. Mas o Deputado abordou a questão com o Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, que explicou que a certidão foi solicitada para constar do acervo do Memorial Tancredo Neves, em São João Del Rey.

— Penso, entretanto, que é para que o Presidente tenha elementos de defesa, podendo inclusive procurar um pronunciamento do Supremo Tribunal Federal — disse o Deputado.

Defensor da obediência à Carta vigente no que diz respeito ao mandato do Presidente Sarney, Roberto Cardoso Alves acha que a Constituinte não tem poderes para modificar "o que é direito instituído e adquirido". Ele considera o fato de o próprio Presidente abrir mão de um ano de seu mandato uma liberalidade.

— Não tem efeito de direito — salientou.



Cardoso Alves: defesa dos seis anos

Newton ainda crê nos cinco anos

BELO HORIZONTE — O Governador de Minas, Newton Cardoso, informou ontem que, em uma longa conversa telefônica, quinta-feira, o Presidente Sarney disse-lhe que em nenhum momento perdeu as esperanças de permanecer cinco anos à frente do Governo federal. Confiante em que os Constituintes aprovarão em plenário um mandato de cinco anos, Sarney, de acordo com o Governador, demonstrou ótima disposição, agindo, inclusive, como se tivesse vários anos de governo a cumprir.

Segundo Newton Cardoso, que reafirmou seu apoio ao mandato de cinco anos, um dos fatores preponderantes para dar novo fôlego a essa proposta foi a decisão do grupo liderado pelo Senador Mário Covas de votar com os segmentos mais de centro na Assembleia. Interrogado sobre as novas críticas do Presidente Sarney aos Constituintes no programa "Conversa ao Pé do Rádio", o Governador preferiu desconversar, lembrando, contudo, que houve sensível aceleração na votação das emendas esta semana.

O esforço do doutor Ulysses foi fundamental para reduzir a morosidade nos trabalhos — completou.

Newton Cardoso afirmou que existe um compromisso informal entre os Governadores peemedebistas segundo o qual nenhum deles, caso seja aprovado o mandato de quatro anos, disputará a sucessão presidencial. E deu conta de que seus colegas aguardam apenas a votação do sistema de governo e a duração do mandato presidencial, temas mais polêmicos da Constituinte, para iniciar, juntamente com o Governo federal, um trabalho de estabilização da economia nacional.

— O mandato é decisão da Constituinte. Com cinco ou quatro anos nós vamos ter candidatos — disse.

Em Curitiba, o Governador do Paraná, Alvaro Dias, afirmou que a Constituinte é soberana para fixar os mandatos do atual e dos futuros Presidentes da República, inclusive revisando direitos adquiridos em todos os casos. Ele acrescentou que não acredita na hipótese de o Presidente Sarney recorrer à Justiça para garantir o seu mandato.

— O Presidente, reiteradas vezes, manifestou sua disposição de respeitar as decisões da Constituinte — disse.

O Governador Orestes Quércia declarou em São Paulo que é preciso conciliar os interesses do Executivo com os trabalhos da Constituinte. Frisou que os Governadores de maneira geral querem prestigiar e respeitar as decisões da Constituinte, para que o País possa seguir para a frente sem mais tropeços.



Ulysses nega clima de tensão entre a Constituinte e o Presidente Sarney

Leônidas: Mandato presidencial é de seis anos

O General Leônidas Pires Gonçalves, Ministro do Exército, afirmou ontem que julga "da maior impropriedade" a realização de eleições presidenciais este ano. Argumentou que a seu ver, do ponto de vista estritamente constitucional, o Presidente José Sarney tem "um mandato líquido e certo de seis anos". O Ministro presidiu ontem a reunião do Alto Comando realizada no Rio.

Tomando como referencial os interesses do Brasil, acho que, em 1988, precisamos neste País de duas coisas: suor na testa e muito trabalho — acrescentou.

Inicialmente, o Ministro se negou

a comentar temas políticos.

— Esta é uma boa hora para o silêncio — disse Leônidas, mas em seguida acabou cedendo ao apelo dos jornalistas.

A decisão do Presidente José Sarney de solicitar a certidão de sua posse foi interpretada por Leônidas como um claro sinal de que "ele pretende mostrar que está escrito que o seu mandato é de seis anos". O Ministro não quis comentar se Sarney deve ou não defender o mandato pelos canais judiciais.

— Se ele me pedir conselho, darei. Mas sobre isso, falarei apenas com ele.

O Ministro acha, entretanto, que

se a Constituinte aprovar a realização de eleições neste ano, elas devem ser gerais:

— Se for realizado o mal, que se faça de uma maneira geral. Para que não tenhamos outra eleição em 89 e outra em 90.

O Ministro fez questão de explicar que não é contra o princípio das eleições, apenas acha inoportuno a escolha do sucessor do Presidente Sarney ainda este ano.

— Eleição, de uma maneira geral, é a coisa mais democrática que conheço. Sou um defensor ferrenho dela. Ela caracteriza a vontade do povo — acrescentou o General Leônidas.

Para Antônio Carlos, certidão pode ter uso político

BRASÍLIA — O Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, disse ontem que o pedido de certidão da posse do Presidente José Sarney, solicitado pela Presidência da República ao Congresso, pode servir de "instrumento político para o convencimento daqueles que não estão querendo se convencer de uma coisa tão clara que é a duração do mandato presidencial".

Após despachar com o Presidente o Ministro afirmou, contudo, que o Governo não cogita de arguir a duração do mandato presidencial junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo ele, a questão do mandato deve ser resolvida politicamente pela Constituinte.

O Presidente gosta de ter seus documentos, até porque, sendo um escritor, também é historiador. Esse documento serve para a vida dele. Além disso, nós achamos que não é necessário recorrer ao STF para resolver uma coisa tão simples que, politicamente, pode ser resolvida pela Constituinte — disse.

Informou que Sarney vai confiar no compromisso assumido pelo Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e o Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, no sítio de São José do Pericumã. No encontro que os dois tiveram com o Presidente, quando ainda existia a Aliança Democrática, ficara acertado que o mandato seria de cinco anos. Com

base nesse entendimento, Antônio Carlos considera descartada a hipótese de seis anos de mandato para Sarney.

O Ministro criticou algumas decisões da Constituinte, como o acréscimo no salário de férias, a licença de 120 dias para a gestante e de oito para o marido, "como se fosse índio", ironizou.

— Todo mundo concorda que o trabalhador precisa ter mais dinheiro nas férias. Agora, quem vai pagar isso? O que estou achando mais grave, entretanto, é o grande número de benefícios que a Constituinte está concedendo. É um casuísmo, que pode tornar o País ingovernável em termos empresariais — afirmou.

No Congresso, uma tarde tensa para os Constituintes

O esvaziamento do Congresso na tarde de ontem, depois que muitos parlamentares retornaram a seus Estados, não atenuou o clima de agitação nos gabinetes e corredores, depois que os Constituintes souberam que o Presidente Sarney requeria, na véspera, a certidão de seu termo de posse. Com o pronunciamento no programa "Conversa ao Pé do Rádio", a tensão aumentou.

O tom moderador foi dado pelo Senador Humberto Lucena (PMDB-PB), que estivera à tarde no gabinete do Presidente Sarney. Disse que o encontrou sereno e preocupado em esvaziar o clima emocional que se criou nos últimos dias.

Até então, expressões como golpe, impasse e crise institucional tinham sido a tônica das conversas. O Senador José Richa (PMDB-PR) observou:

— Em crise política nós estamos vivendo há muito tempo. O Sarney é quem está fazendo força para transformá-la em crise institucional.

Numa outra roda, o Senador Jarbas Passarinho (PA), presidente do PDS, avaliava os possíveis rumos que as Forças Armadas tomariam em caso de um confronto entre Governo e Constituinte.

— Os militares ficarão do lado da lei, que está com o Supremo

Tribunal Federal e não com a Constituinte, eleita para aprovar uma nova Carta. Mas a atual é que está vigindo. E nela está escrito: seis anos.

O Deputado Jorge Arbage (PDS-PA) dizia não conseguir entender o pronunciamento de Sarney. Estivera toda a noite na casa do Deputado Ulysses Guimarães, na festa de aniversário de Dona Mora, e testemunhara a visita cordial de Sarney.

— De manhã, tomei um susto ao ouvir seu pronunciamento.

Para o Líder do PL, Deputado Adolpho de Oliveira (RJ), Sarney só ajudou a agravar um quadro já bastante conturbado.

— E o caos. Até Ministros se reúnem para bombardear a Constituinte, sem a presença do Presidente da República. E um vazão de poder que fatalmente levará ao golpe de estado. A única solução é o Congresso se reunir extraordinariamente, aprovar um programa de emergência e apresentar um voto de desconfiança contra o Presidente.

O Líder do PFL, Deputado José Lourenço, saiu em defesa de Sarney. Considerou corretos o pronunciamento pelo rádio e a possível intenção de recorrer ao Supremo Tribunal Federal para a preservação da duração do mandato.

Arinos: Não cabe recorrer ao Supremo

O Senador Afonso Arinos, Presidente da Comissão de Sistematização da Constituinte, afirmou ontem no Rio que a suposta intenção do Presidente Sarney de recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir os seis anos do seu mandato seria "uma grande besteira". Para Arinos, especialista em Direito Constitucional, a Constituinte pode inclusive suprimir qualquer Tribunal:

— A Constituinte é soberana, palavra que vem do latim *super omnia* (acima de todas as coisas).

Procurado pela imprensa, o Presidente do STF, Ministro Rafael Mayer, não quis fazer declarações, explicando que "Ministro não fala antes do processo". Mais tarde, juristas atuantes no STF explicaram que, caso Sarney pretenda mesmo recorrer ao Supremo, será obrigado a fazê-lo através da Procuradoria Geral da República. O Procurador, então, encaminharia ao STF um pedido de interpretação da Constituição vigente, em relação aos poderes da Constituinte. A alternativa seria um mandado de segurança preventivo para tentar sustar a intenção da Constituinte de reduzir o mandato.

Em São Paulo, o jurista Gofredo da Silva Telles disse que a suposta tentativa "está caindo no folclore da política rasteira em que vivemos".

— A certidão de posse do Presidente José Sarney só tem valor enquanto vigorar a Constituição atual, mas perde esse valor no momento em que o poder Constituinte decidir em contrário — afirmou.

Ulysses lembra que plenário é soberano

BRASÍLIA — O Presidente do PMDB e da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, afirmou ontem que o Supremo Tribunal Federal (STF) não pode suspender uma decisão da Assembleia. Ressaltou, contudo, que falava em tese, pois não tinha conhecimento de que o Planalto pretendesse recorrer ao STF, caso o plenário venha a fixar em quatro anos o mandato do Presidente José Sarney. Observou ainda que esteve com Sarney na última quinta-feira e em nenhum momento foi feita qualquer referência ao assunto.

Na sua opinião, cabe ao Supremo decidir sobre textos que já existem:

— Ele não pode suspender uma decisão da Constituinte, porque estamos elaborando a nova Carta e ainda não existe o texto. Depois de promulgada a Constituição, também não caberá recurso, porque ela terá vigência plena, absoluta e inquestionável — argumentou.

Indagado se a conversa mantida com Sarney serviu para amenizar a tensão entre o Executivo e a Constituinte, Ulysses negou que existam problemas de relacionamento com o Palácio do Planalto, salientando que, por isso, "a palavra reconciliação, tão usada pela imprensa, é imprópria".

Sobre o programa "Conversa ao Pé do Rádio", transmitido ontem, no

qual Sarney fez novas críticas ao trabalho da Constituinte, disse que em todos os seus contatos com o Presidente, ele tem afirmado que continua firme na disposição de acatar as decisões dos Constituintes, e sempre insiste em que a elaboração da nova Carta precisa ser rápida.

Com relação à "minoria agressiva e radical" interessada em pressionar o Governo a que Sarney se referiu no programa, Ulysses disse:

— É difícil manifestar-me sobre um assunto que desconheço. De qualquer forma, desejo dizer que a Constituinte tem expressado a sua soberania. Muitos dos textos aprovados obtiveram votação expressiva, alguns até além dos 280 votos exigidos. As decisões, portanto, praticamente envolvem todos os partidos e grupos.

Ulysses defendeu as medidas já aprovadas na área social, ressaltando que tem sido adotado um processo de tramitação cuidadoso, e disse que "se houver reparos a fazer, que sejam justos", lembrando que ainda é possível corrigir o texto no segundo turno, através de emendas supressivas.

O Presidente da Constituinte manifestou seu contentamento pelo fato de a nova Carta, até agora, ter um conteúdo progressista e considerou as críticas um fato natural.